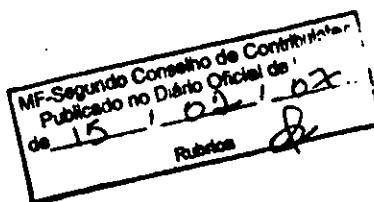




Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF
Fl.

Processo nº : 13891.000130/99-65
Recurso nº : 127.218
Acórdão nº : 201-78.579



Recorrente : TRANSPORTADORA F.S. LTDA.
Recorrida : DRJ em Ribeirão Preto - SP

PIS. RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO. PRESCRIÇÃO.

O prazo prescricional para o contribuinte pleitear a restituição ou compensação de valores indevidamente recolhidos tem início com a declaração de constitucionalidade da norma legal ou com o ato do Poder Executivo que reconheceu o direito ao crédito.

SEMESTRALIDADE. DECRETOS-LEIS NºS 2.445/88 E 2.449/88. BASE DE CÁLCULO.

Após a declaração de constitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, voltou-se a adotar a sistemática inserta na LC nº 7/70 na cobrança da contribuição ao PIS, ou seja, à alíquota de 0,75% sobre o faturamento verificado no sexto mês anterior ao da incidência, a qual permaneceu incólume e em pleno vigor até a edição da MP nº 1.212/95, quando, a partir de então, "o faturamento do mês anterior" passou a ser considerado para sua apuração.

Recurso provido.

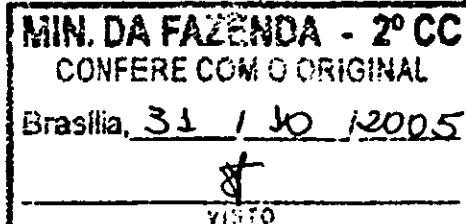
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por TRANSPORTADORA F.S. LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **em dar provimento ao recurso: I) por maioria de votos, quanto à prescrição.** Vencidos os Conselheiros Walber José da Silva, Maurício Taveira e Silva e José Antonio Francisco, que consideravam prescrito o direito à restituição em cinco anos do pagamento; **e II) por unanimidade de votos, quanto à semestralidade.**

* Sala das Sessões, em 10 de agosto de 2005.

Josefa Maria Coelho Marques
Josefa Maria Coelho Marques
Presidente

Antonio Mario de Abreu Pinto
Antonio Mario de Abreu Pinto
Relator



Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Sérgio Gomes Velloso, Gustavo Vieira de Melo Monteiro e Rogério Gustavo Dreyer.



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13891.000130/99-65
Recurso nº : 127.218
Acórdão nº : 201-78.579

MIN. DA FAZENDA - 2º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 31 / 10 / 2005
VISTO

2º CC-MF
FI.

Recorrente : TRANSPORTADORA F.S. LTDA.

RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário interposto contra o Acórdão nº 4.594, de 21 de novembro de 2003 (fls. 224/233), da lavra da DRJ em Ribeirão Preto - SP, que deferiu em parte o pedido de restituição/compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de PIS com base nos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, referente ao período de apuração de 07/88 a 09/95.

A Delegacia da Receita Federal em Limeira - SP proferiu o Despacho Decisório de fls. 155/157, deferindo em parte a solicitação da contribuinte. À luz do art. 168 do CTN, argüiu decadência dos créditos de PIS atinentes aos meses de 10/88 a 05/95, uma vez que o pedido de restituição só fora apresentado em 31/05/99, ou seja, mais de cinco anos depois dos pagamentos apontados. Quanto aos demais fatos geradores (06/95 a 10/95), reconheceu o direito creditório da contribuinte.

Inconformada, ofereceu a contribuinte, em 08/03/2000, impugnação (fls. 162/172), defendendo, em suma - com esteio no art. 150, § 4º, c/c o art. 168, I, ambos do CTN -, o prazo decadencial de 10 anos, contado a partir do fato gerador. Requeru, por fim, o deferimento das compensações apresentadas e a correção dos indébitos de PIS pela Norma de Execução SRF/Cosit/Cosar nº 08/97.

A DRJ em Campinas - SP, através da Decisão nº 2.960 (fls. 180/190), de 24/10/2000, indeferiu a solicitação, reiterando o *decisum* recorrido, que declarou extinto, pela prescrição quinquenal, o crédito atinente aos meses anteriores a 31 de maio de 1994, à vista da data do protocolo do pedido, 31/05/99. Outrossim, reconheceu que a DRF de origem equivocou-se ao entender ter prescrito o pleito compensatório para os recolhimentos anteriores compreendidos entre e inclusive 08/06/94 e 10/05/95, porquanto a contribuinte exerceu seu direito dentro do prazo assinalado no inciso I do art. 165 do CTN.

Em face de tal vício, a douta DRJ determinou o desdobramento do presente processo para que, relativamente ao período de 08/06/94 a 10/05/95, os autos fossem baixados à DRF de origem para ela apreciar a procedência ou não do pleito no que pertine ao mérito, sob pena de supressão de instância. E, quanto aos pagamentos efetuados entre 28/10/88 e 06/05/94 - que foram declarados extintos, ratificando a decisão recorrida -, para que fosse facultado à contribuinte a interposição de recurso no prazo de 30 dias.

A interessada interpôs, tempestivamente, recurso voluntário (fls. 193/197), reafirmando, em suma, que, conforme previsto nos arts. 150 e 168 do CTN, o direito de pleitear a restituição é de cinco anos, contados a partir da homologação do pagamento.

A Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, pelo Acórdão nº 202-13.861 (fls. 200/206), decidiu por anular o processo, desde a decisão da primeira instância, por não ter sido esta emitida pelo Delegado da Receita Federal de Julgamento, mas por pessoa outra, através de delegação de competência, o que feriria a Portaria MF nº 384/94, que regulamenta a Lei nº 8.748/93, bem como o art. 13 da Lei nº 9.784/99.

ANEXO



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13891.000130/99-65
Recurso nº : 127.218
Acórdão nº : 201-78.579

MIN. DA FAZENDA - 2º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 31 / 10 / 2005
VISTO

2º CC-MF
Fl.

A Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto - SP, analisando novamente a impugnação apresentada pela contribuinte, proferiu o Acórdão nº 4.594/2003, indeferindo, mais uma vez, a solicitação pleiteada, sob o fundamento de estarem extintos, pela decadência, os pagamentos efetuados até 31/05/94. Sobre os fatos geradores compreendidos entre 31/05/94 e 10/05/95, afastou a decadência suscitada pela DRF de origem e determinou o retorno dos autos àquele órgão para análise meritória.

Irresignada, a contribuinte interpôs, tempestivamente, o presente recurso voluntário, às fls. 237/243, reiterando os argumentos suscitados na sua manifestação de inconformidade, requerendo, uma vez mais, o afastamento da decadência invocada pela autoridade administrativa julgadora.

É o relatório.



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13891.000130/99-65
Recurso nº : 127.218
Acórdão nº : 201-78.579

MIN. DA FAZENDA - 2º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 31 / 08 / 2005
VISTO

2º CC-MF
Fl.

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR
ANTONIO MARIO DE ABREU PINTO

O recurso preenche todos os requisitos de admissibilidade, portanto, dele tomo conhecimento.

Deveras recorrente neste Colegiado é o assunto ora em deslinde, espelhado na controvérsia pertinente ao prazo legal para se pleitear a restituição - e modalidades decorrentes - de valores indevidamente recolhidos a título de tributo, com supedâneo em lei declarada inconstitucional.

Sobreleva destacar, em primevo, que os indébitos tributários, objeto da presente apreciação, referem-se tão-somente aos fatos geradores compreendidos entre outubro/88 e maio/94, haja vista que foi determinada pela DRJ em Ribeirão Preto - SP (fl. 233) a remessa à DRF de origem do pedido de compensação atinente aos pagamentos efetuados no período de maio/94 a maio/95 para a devida apreciação do mérito, cujo desmembramento processual consta dos autos em apenso.

Passo a decidir.

Há muito se firmou nesta seara que, nas hipóteses de restituição ou compensação de tributos declarados inconstitucionais pelo Excelso Supremo Tribunal Federal, o termo *a quo* do prazo decadencial é a data do trânsito em julgado da declaração de inconstitucionalidade, em controle concentrado de constitucionalidade, ou a publicação da Resolução do Senado Federal, caso a declaração de inconstitucionalidade tenha-se dado em controle difuso de constitucionalidade.

In casu, a fruição do quinquênio legal iniciou-se em **10 de outubro de 1995**, data em que foi publicada a Resolução nº 49 do Senado Federal, que suspendeu, *erga omnes*, a execução dos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449, ambos de 1988.

Com efeito, tendo a recorrente ingressado com o seu pedido de compensação em **31 de maio de 1999**, conforme se infere da fl. 01, não há que se falar em extinção do crédito pugnado, relativo aos períodos de apuração de **outubro de 1988 a maio de 1994**, tendo em vista que a prescrição só se concretizaria em **outubro de 2000**.

Destarte, deve o Fisco proceder à apuração do crédito em testilha em conformidade com os ditames da Lei Complementar nº 7, de 1970.

Pelo exposto, dou provimento ao recurso voluntário para reconhecer a possibilidade de existirem indébitos de PIS a compensar, decorrentes dos meses de apuração de outubro de 1988 a maio de 1994, os quais devem ser calculados pelo Fisco mediante as regras estabelecidas nas Leis Complementares nºs 7/70 e 17/73, portanto, à alíquota de 0,75% sobre o faturamento do sexto mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, sem correção monetária.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 2005.

ANTONIO MARIO DE ABREU PINTO